

Líderes não conseguem aprovar norma básica

Brasília — Se o deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, tiver uma dor de dente e não puder comparecer à Constituinte, não haverá sessão até o dia 24, data marcada para votação do regimento definitivo da Assembléia. Ulysses não conseguiu que os constituintes aprovassem ontem sequer o projeto de resolução contendo normas provisórias para o funcionamento da Constituinte, elaborado pelos líderes depois de sucessivas reuniões.

As normas propostas "são autoritárias", acusou o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), e houve reação no plenário, ficando a decisão para hoje, quando a Constituinte entra em seu terceiro dia sem ter a mínima idéia de como irá trabalhar. O bate-boca em plenário durou mais de uma hora e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tentou explicar aos Constituintes que o documento tinha como objetivo apenas disciplinar os trabalhos. "O projeto é simples", argumentou Fernando Henrique. A fala do senador não foi suficiente para acalmar a bancada paulista. "Qualquer proposta imposta é autoritária e a bancada paulista quer examinar o que existir para fazer suas próprias sugestões", reagiram os deputados Del Bosco Amaral e Tidei de Lima.

Ulysses Guimarães fez um apelo aos parlamentares: "As normas provisórias são necessárias. Estou com enormes dificuldades para conduzir os trabalhos porque não existem regras." Depois da sessão, Ulysses apenas comentou que a confusão era "normal". E esquivou-se: "Estamos no primeiro dia de funcionamento, de fato, da Constituinte." Depois de muitos protestos, a decisão ficou para hoje, após o exame dos parlamentares.

Falhas

Uma falha contida nas normas provisórias é a inexistência de previsão sobre quem abrirá as sessões caso o deputado Ulysses Guimarães não possa comparecer. Segundo a sugestão dos líderes, até a aprovação do Regimento Interno definitivo, a Mesa da Assembléia será constituída pelo presidente e cinco secretários por ele designados para cada sessão. Como os secretários não serão fixos, o presidente da Assembléia não poderá faltar porque não existirá quem indicar para a Mesa. Pelo Regimento da Câmara e do Senado, quando não estiver presente nenhum membro da Mesa, os trabalhos são abertos pelos parlamentares mais idosos que estiverem em plenário, lembra o ex-deputado João Gilberto, alegando que seria mais fácil indicar secretários fixos.

Outro problema é que as decisões constitucionais que os parlamentares querem tomar imediatamente, como a definição se a Câmara e Senado entrarão em recesso, não poderão ser votadas até o dia 25. Isso porque, segundo as normas provisórias, requerimentos só poderão ser votados, pela maioria simples dos presentes em plenário, quando houver quórum de 280 parlamentares, a maioria absoluta da Assembléia.

Assim, não há nenhum artigo entre os 32 das normas provisórias que estabeleça a votação de propostas constitucionais concretas, o que desanima deputados como Mendes Ribeiro (PMDB-RS), José Genuíno (PT-SP) ou Victor Faccioni (PDS-RS), que querem o recesso total da Câmara e Senado, o fim do decreto-lei previsto na atual Constituição e a confirmação do Presidente José Sarney na Presidência da República. Todas essas seriam propostas de decisões constitucionais.

Segundo a proposta, até o dia 25 as sessões da Constituinte se realizarão diariamente, exceto sábados e domingos, das 14h às 18 horas. Durante duas horas, haverá o "pinga-fogo", quando os parlamentares podem falar durante cinco minutos sem apartes. Na hora subsequente, os líderes poderão fazer suas comunicações. Esse horário será distribuído aos partidos proporcionalmente ao número de parlamentares e, a última hora, até o dia 6 deste mês, será dedicada a apresentação de emendas ao regimento interno.